



Captura Crítica

Direito, Política, Atualidade

RACISMOS INSTITUCIONAIS E INVISIBILIDADES DA HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL AFRODESCENDENTE EM CIDADES DE COLONIZAÇÃO PREDOMINANTEMENTE ALEMÃ

*Racismo institucional e invisibilidades de la historia y el patrimonio
cultural afrodescendientes en ciudades de colonización
predominantemente germánica*

*Institutional racism and invisibilities of afro-descendant history and
cultural heritage in cities of predominantly German colonization*

Jean Jeison Führ 

Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jeanjeisonfuhr@gmail.com.

Quésia Katuscia Gasparetto 

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: quesiakatusciagasparetto@gmail.com.

Artigo recebido em 15/02/2023.

Aceito em 17/04/2023.

Captura Crítica: direito, política, atualidade. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 125-155, 2023.
e-ISBN: 1984-6096



Este trabalho é licenciado sobre a Creative Commons Attribution 4.0
Este trabajo es licenciado bajo Creative Commons Attribution 4.0
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0

RACISMOS INSTITUCIONAIS E INVISIBILIDADES DA HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL AFRODESCENDENTE EM CIDADES DE COLONIZAÇÃO PREDOMINANTEMENTE ALEMÃ¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise dos racismos institucionais e processos de invisibilização da história e patrimônio cultural afrodescendente em cidades de colonização predominantemente germânica. O recorte territorial utilizado será a antiga região designada como sendo a Feitoria do Linho Cãnhamo, que compreendia em grande medida os limites superficiais do então município originário de São Leopoldo e das cidades que se emanciparam do mesmo (região designada como sendo o Vale do Rio dos Sinos e Encosta da Serra Gaúcha / RS). O recorte histórico utilizado se detém em três perspectivas de análise. O primeiro recorte abrange a negação da história negra junto a Feitoria do Linho Cãnhamo, quando instituições públicas dos municípios do Vale do Rio dos Sinos e Encosta da Serra muitas vezes invisibilizam as presenças, as permanências e os legados do patrimônio cultural afrodescendente em tais cidades. O segundo recorte abrange as relações interétnicas, igualmente invisibilizadas, entre escravos, forros e mestiços - que permaneceram ou foram trazidos para a antiga Feitoria do Linho Cãnhamo, já então “Colônia Germânica de São Leopoldo” - com os imigrantes germânicos que colonizaram a mesma região. Por fim, elencamos os racismos institucionais, principalmente em esferas municipais públicas, que invisibilizam a presença histórica e patrimonial afrodescendente em seus portais institucionais.

Palavras-chave: Racismo institucional. Patrimônio Cultural Afrodescendente. Colonização Germânica.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar el racismo institucional y los procesos de invisibilización de la historia y el patrimonio cultural afrodescendiente en ciudades de colonización predominantemente germánica. El marco territorial utilizado será la antigua región designada como Feitoria do Linho Cãnhamo, que comprendía en gran parte los límites superficiales del entonces municipio original de São Leopoldo y las ciudades que se emanciparon de él (región designada como Vale do Rio dos Sinos y Encosta da Serra Gaúcha / RS). El recorte histórico utilizado se basa en tres perspectivas de análisis. El primer corte cubre la negación de la historia negra con la Feitoria do Linho Cãnhamo, cuando las instituciones públicas de los municipios de Vale do Rio dos Sinos y Encosta da Serra muchas veces invisibilizan la presencia, permanencia y legados del patrimonio cultural afrodescendiente en tales ciudades. El segundo corte cubre las relaciones interétnicas, igualmente invisibles, entre esclavos, libertos y mestizos - que permanecieron o fueron llevados a la antigua Feitoria do Linho Cãnhamo, entonces "Colonia Alemana de São Leopoldo"- con los inmigrantes germánicos que colonizaron la misma región. Finalmente, enumeramos los racismos institucionales, principalmente en los espacios públicos municipales, que invisibilizan la presencia histórica y patrimonial de los afrodescendientes en sus portales institucionales.

Palabras-clave: Racismo institucional. Patrimonio Cultural Afrodescendiente. Colonización Alemana.

Abstract: The present work aims to analyze the institutional racism and processes of invisibilization of the history and cultural heritage of African descent in cities of predominantly Germanic colonization. The territorial outline used will be the former region designated as the Linho Cãnhamo Trading Post, which largely encompassed the surface limits of the then original municipality of São Leopoldo and the cities that were emancipated from it (region designated as the Vale do Rio dos Sinos and Encosta da Serra Gaúcha / RS). The historical clipping used is based on three perspectives of analysis. The first cut covers the denial of black history along with the Feitoria do Linho Cãnhamo, when public institutions in the municipalities of Vale do Rio dos Sinos and Encosta da Serra often make invisible the presence, permanence and legacies of the Afro-descendant cultural heritage in such cities. The second cut covers the interethnic relations, equally invisible, between slaves, freed slaves and mestizos - who remained or were brought to the former Factory of Linho Cãnhamo, then “Colônia Germânica de São Leopoldo” - with the Germanic immigrants who colonized the same region. Finally, we list the institutional racisms, mainly in public

¹ Sinônimo para origem étnica alemã ou teutônica. Lembrando que o estado alemão só viria a se unificar depois de 1871, ou seja, muitos imigrantes “alemães” que vieram para o Brasil a partir de 1824, provinham de regiões europeias que ainda não se auto reconheciam enquanto um país chamado Alemanha, com as configurações atuais que conhecemos. Desse modo, a constituição de uma opinião pública que reconhece tais imigrantes como sendo “alemães” que convivem em comunidades “teutas” é uma construção discursiva posterior a imigração dos mesmos.

municipal spheres, which make the historical and heritage presence of Afro-descendants invisible in their institutional portals.

Keywords: Institutional racism. Afro-descendant Cultural Heritage. German Colonization.

Introdução

O racismo institucional e os processos de invisibilização da história e do patrimônio cultural afrodescendente são recorrentes junto a sociedade brasileira. Para além dos mitos raciais propalados na primeira metade do século XX, ainda existem muitos silenciamentos discursivos sobre as presenças, permanências e legados que a cultura africana contribuiu para o desenvolvimento social e econômico de nosso país. O objetivo do presente artigo é analisar os racismos institucionais e os processos de invisibilização da história e patrimônio cultural afrodescendente em cidades de colonização predominantemente germânica.

O recorte territorial utilizado será a antiga região designada como sendo o Faxinal da Courita², e depois como Real Feitoria do Linho Cânhamo, que compreendia em grande medida os limites superficiais do então município originário de São Leopoldo, e das cidades que se emanciparam do mesmo (região designada como sendo o Vale do Rio dos Sinos e Encosta [Costa³] da Serra Gaúcha / RS). Diferentes discursos sociais, políticos e históricos atravessam o que se compreende como sendo atualmente o Vale do Rio dos Sinos e Encosta da Serra Gaúcha: a) o discurso geográfico que compreende este território como sendo os municípios que compõem a bacia hidrográfica (30 municípios) ou que participam do comitê de gerenciamento da mesma (COMITESINOS - 32 municípios); b) o discurso político que compreende este território como sendo os municípios que compõem a Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos – AMVRS (12 municípios); c) o discursos sociais e turísticos: Rota Romântica (14 municípios) e Vale Germânico (14 municípios); e d) o discurso histórico que compreende este território como sendo as cidades que se emanciparam do município de São Leopoldo. Nesta última construção discursiva, temos duas diferentes abordagens: 1) A dos antigos distritos do

² Courita era o apelido de Antônio de Araújo Vilela, um dos “intrusos”, e veio a ser denominação do faxinal junto ao Rio dos Sinos. A alcunha de Courita provém da localidade de Coura, distrito de Braga, Portugal, onde nascera Antônio de Araújo Vilela (MORAES, 1994, p. 24).

³ Primordialmente o território compreendido a partir da atual cidade de Novo Hamburgo e que se estendia por parte da subida inicial da Serra Gaúcha era designada nos mapas como sendo a região da “Costa da Serra”.

município de São Leopoldo; e 2) A dos municípios fiduciários do território original de São Leopoldo (abordagem esta que empregamos neste artigo):

[...] o termo geográfico “São Leopoldo” [...] não é o mesmo termo que identifica a cidade e o município rio-grandense de São Leopoldo de hoje. Nos anos de 1824 e 1826, e mesmo mais tarde ainda, a palavra designava o lugar onde os primeiros imigrantes foram estabelecidos; foi, portanto, substitutivo para a denominação da antiga Feitoria do Linho Cânhamo [...]. Existia a expressão Colônia Alemã de São Leopoldo como o nome oficial da antiga Feitoria e existia, como expressão geográfica, o “passo” do Rio dos Sinos, ao redor da qual, mais tarde, se formaria uma povoação que, pouco a pouco, se apoderava do nome de “São Leopoldo” (HUNSCHE, 1977, p. 88).

Para além das fronteiras discursivas apresentadas, que recortam a região do Vale do Rio dos Sinos e Encosta da Serra Gaúcha de diferentes maneiras, temos ainda uma outra noção discursiva que perpassa o mesmo território, que é aquela prevista na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul: o da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA. Criada inicialmente em 1973, com apenas 14 municípios, atualmente a mesma comporta 34 municípios, sendo vários deles pertencentes a Região do Vale do Rio dos Sinos e Encosta da Serra. Abaixo apresentamos uma tabela contendo todos os municípios da RMPA e diferentes noções de fronteira:

Tabela 1 – Municípios da RMPA com caracterização hidrográfica (pertencimento ou não as bacias do Rio dos Sinos e Rio Caí), histórica (RFLC) e geográfica (território ou não de São Leopoldo) e política (associações municipais)

N	Municípios	RMPA Ano de ingresso	Rio dos Sinos % de participação	Rio Caí % de participação	RFLC	Território de S. Leo.	Associação	Vale Germânico	Rota Romântica
1	São Leopoldo	1973	100%		X	X	AMVARS	X	X
2	Novo Hamburgo	1973	100%		X	X	AMVARS	X	X
3	Sapiranga	1973	60%	40%	X	X	AMVARS	X	
4	Estância Velha	1973	94%	6%	X	X	AMVARS	X	X
5	Campo Bom	1973	100%		X	X	AMVARS	X	
6	Araricá	1998	100%		X	X	AMVARS	X	
7	Nova Hartz	1989	97%	3%	X	X	AMVARS	X	
8	Dois Irmãos	1989	7%	93%	X	X	AMVARS	X	X
9	Ivoti	1989	6%	94%	X	X	AMVARS	X	X
10	Morro Reuter	não faz parte		100%	X	X	AMVARS	X	X
11	Lindolfo Collor	não faz parte		100%	X	X	AMVARS	X	
12	Presidente Lucena	não faz parte		100%	X	X	AMVARS	X	X
13	Santa Maria do Herval	não faz parte	*	100%	X	X	AMSERRA	X	X
14	São José do Hortêncio	não faz parte		100%	X	X	AMVARC	X	
15	Picada Café	não faz parte		100%	X	X	AMSERRA		X
16	Linha Nova	não faz parte		100%	X	X	AMVARC		X
17	Feliz	não faz parte		100%	X	X	AMVARC		
18	São Sebastião do Caí	2012	2%	98%		X	AMVARC		
19	Nova Petrópolis	não faz parte		100%		X	AMSERRA		X
20	Portão	1989	86%	14%	X	X	AMVARC		
21	Parobé	1989	100%			X	AMPARA		
22	Esteio	1973	100%			X	GRAMPAL		
23	Sapucaia do Sul	1973	100%			X	GRAMPAL		
24	Riozinho	não faz parte	100%				AMPARA		
25	Rolante	2010	100%				AMPARA		
26	Três Coroas	não faz parte	95%	5%			AMPARA		
27	Igrejinha	2011	93%	7%			AMPARA		
28	Taquara	1999	91%				AMPARA		
29	Canela	não faz parte	59%	41%			AMSERRA		X
30	Gramado	não faz parte	31%	69%			AMSERRA		X
31	São Francisco de Paula	não faz parte	11%	29%			AMSERRA		X
32	Caraá	não faz parte	100%				AMLINORTE		
33	Osório	não faz parte	6%				AMLINORTE		
34	Canoas	1973	56%				GRAMPAL		
35	Nova Santa Rita	1998	45%	55%			GRAMPAL		
36	Santo Antônio da Patrulha	2000	29%				GRAMPAL		
37	Cachoeirinha	1973	18%				GRAMPAL		
38	Gravataí	1973	15%				GRAMPAL		
39	Capela de Santana	2001	1%	99%			AMVARC		
40	Montenegro	1999		88%			AMVARC		
41	Triunfo	1989		7%			GRAMPAL		
42	Glorinha	1989	*				GRAMPAL		
43	Viamão	1973					GRAMPAL		
44	Alvorada	1973					GRAMPAL		
45	Guaíba	1973					GRAMPAL		
46	Charqueadas	1994					GRAMPAL		
47	Eldorado do Sul	1989					GRAMPAL		
48	São Jerônimo	1999					ASMURC		
49	Arroio dos Ratos	2000					ASMURC		
50	Porto Alegre	1973					GRAMPAL		
	50 municípios	34 municípios	30/32 municípios*	24 municípios	18 municípios	23 municípios	12 municípios	14 municípios	14 municípios
AMVARS - Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos					AMPARA - Associação dos Municípios do Vale do Paranhama				
AMSERRA - Associação dos Municípios de Turismo da Serra					AMVARC - Associação dos Municípios do Vale do Rio Caí				
AMLINORTE - Associação dos Municípios do Litoral Norte					ASMURC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera				
GRAMPAL - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre					* Divergência entre Comitê Sinos e SEMA sobre participação do município na bacia hidrográfica				

Fonte: Tabela elaborado pelos autores com dados dos sites da FAMURS, COMITÊSINOS, SEMA, Rota Romântica, Vale Germânico e STOCKER (2019).

Na tabela acima indicamos os 23 municípios que se emanciparam direta ou indiretamente do território que compreendeu o município originário de São Leopoldo. Nessa abordagem extrapolamos um pouco a noção da “Colônia Germânica de São Leopoldo” já que nessa abordagem englobamos: a) os antigos “distritos ferroviários” de Sapucaia e Esteio (agregados ao município de São Leopoldo em decorrência da expansão urbana surgida próxima as linhas ferroviárias até Porto Alegre em 1874, e até Taquara em 1876); b) a cidade de Portão, já que o próprio nome da cidade faz referência ao antigo “portão” que arrebanhava o gado da Real Feitoria do Linho Cãnhamo; c) a cidade de Parobé que antigamente era denominada Santa Cristina do Pinhal e quando da sua expansão comercial foi incorporada ao território de São Leopoldo; d) e os municípios de São Sebastião do Caí, Nova Petrópolis, Feliz, Linha Nova, São José do Hortêncio e demais municípios do Vale do Rio Caí que se situam na Encosta da Serra Gaúcha e que compreenderam em tempos idos os limiares do território compreendido e abarcado pela antiga “Colônia Germânica de São Leopoldo”⁴, tanto o é que se emanciparam desta, seja em limites territoriais integrais ou parciais.

O recorte histórico utilizado se detém em três perspectivas de análise. O primeiro recorte abrange a negação da história negra junto a Real Feitoria do Linho Cãnhamo, quando instituições públicas municipais do Vale do Rio dos Sinos e Encosta da Serra Gaúcha silenciam em discursos e práticas as presenças, as permanências e os legados do patrimônio cultural afrodescendente em tais cidades. O segundo recorte abrange as relações interétnicas, igualmente invisibilizadas e silenciadas que existiram entre escravos, forros e mestiços - que permaneceram ou foram trazidos para a antiga região da Real Feitoria do Linho Cãnhamo / então Colônia Germânica de São Leopoldo - com os imigrantes germânicos que colonizaram a mesma região. Por fim, elencamos os racismos institucionais, principalmente em esferas municipais públicas que invisibilizam a presença histórica e patrimonial afrodescendente junto aos seus portais institucionais.

O termo “afrodescendentes”, dentro do contexto estudado, dá conta do que normalmente se entende por afro-brasileiros, mas chamando especial atenção para o fato da *descendência africana*. A revisão das raízes históricas e a consciência de descender de culturas provenientes de um continente portador de um processo histórico e cultural muito rico e pouco conhecido, ou muito esquecido ou ocultado,

⁴ Pesquisadores sobre o tema costumam adotar a expressão “Colônia Alemã de São Leopoldo”, mas conforme já indicamos, tal construção discursiva só é inteligível a partir da unificação do estado germânico / alemão / teutônico em 1871. Preferimos adotar a expressão “Colônia Germânica de São Leopoldo” vindo ao encontro a este detalhe temporal e territorial em questão, e de outras construções discursivas contemporâneas como a do roteiro turístico “Vale Germânico” composto por cidades que englobavam a referida colônia de São Leopoldo.

afirmam a importância do emprego deste termo (FOLLMANN, PINHEIRO; 2011, p. 146, grifos dos autores citados).

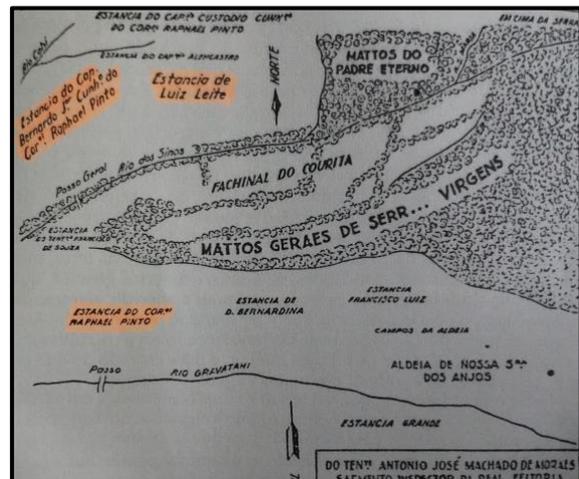
O intuito teórico e metodológico da referida estruturação do presente manuscrito, é contribuir com o debate científico sobre os racismos perpetrados pelos poderes constituídos que subjagam corpos e mentes em nossas sociedades; mas também aprimorar o debate sobre as configurações do racismo em: 1) Recorte territorial onde aparentemente tal debate sempre foi relegado a segundo plano; e 2) Recorte temporal que evidencia a perpetuação de lógicas excludentes e de marginalização das populações negras, frente as instâncias que poderiam possibilitar a equidade de garantias e direitos fundamentais.

Figura 1–Mapa da Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

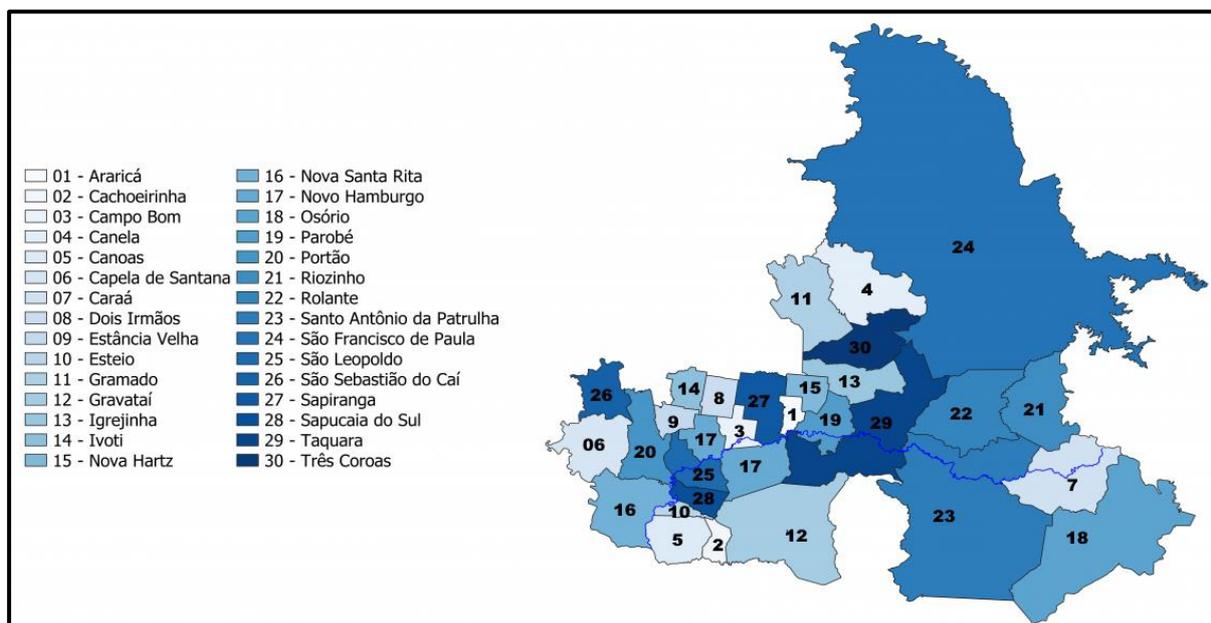
Figura 2 – Mapa do Fachinal / Faxinal da Courita⁵



Fonte: Moraes (1994, p. 91)

⁵ Mapa elaborado pelo tenente inspetor Antônio José Machado de Moraes Sarmiento, em 1787/88 da região em que se instalou a Real Feitoria do Linho Cânhamo, e depois a “Colônia Germânica de São Leopoldo”, vendo-se a área de terras que pertenceu a Luiz Leite de Oliveira e serviu para abrigar os animais que vieram de Canguçu (informações de MORAES, 1994, p. 91). Pode-se perceber que Raphael Pinto Bandeira detinha terras próximas das terras de Luiz Leite de Oliveira e do faxinal onde a vegetação na época propiciava com que a instalação de um grande portão (origem do nome da cidade de Portão / RS), o gado fica-se confinado naturalmente.

Figura 3: Mapa dos Municípios integrantes do COMITÊSINOS – Comitê dos Municípios integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos



Fonte: Portal do COMITÊSINOS (com ajustes na numeração de identificação municipal).

1 Invisibilização da história negra no Faxinal da Courita/Real Feitoria do Linho Cânhamo

Conforme já indicado, a região que hoje é designada como sendo o Vale do Rio dos Sinos e Encosta da Serra já fora chamado de Faxinal da Courita em seus primórdios de ocupação luso-ibérica. A concessão de sesmarias no litoral norte gaúcho (Torres, Tramandaí e Osório em 1732) e nos campos de Viamão (1740), além das Guerras Guaraníticas (1757) e da vinda compulsória de índios missioneiros para a então Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos (atual cidade de Gravataí), direta ou indiretamente, propiciou com que antigos caminhos indígenas junto ao “passo” do Rio dos Sinos favorecessem a permanência de inúmeros posseiros, escravos e agregados que foram permanecendo nessas paragens (STOCKER, 2019, p. 55).

Essa movimentação trouxe ocupantes para o espaço do Vale do Sinos. Há registros no Censo de 1780-82 de ocupantes lagunenses e lusos antes desses anos. Para exemplificar temos a presença do Padre Eterno antes do Censo citado. O Padre Eterno era Ignácio Coelho dos Santos⁶ morador que deu nome à parte da encosta no Vale do

⁶ “Esse capelão era um negro muito velho (“steinalter Mann”), que rezava o terço (“Rozenkranz”), cantava, batizava e fazia enterros”. (MAGALHAES, 2005, p. 18) (nota de rodapé da autora citada).

Sinos e passará no século XIX a fazer parte de São Leopoldo / RS⁷ (MAGALHÃES, 2022, p. 5-6).

Moraes (1994, p. 54), em obra seminal sobre a região, indica que o Pe. Clarke – vigário de Triunfo no século XVIII – procedeu ao registro de seus paroquianos entre o Rio dos Sinos e o Rio Caí em dois diferentes períodos. Em 1717 existiam oito fazendas desde o atual bairro de Scharlau (São Leopoldo) até o Rio Caí⁸ (atual cidade de São Sebastião do Caí). Seus proprietários eram “José Leite de Oliveira, Luis Alves Coelho, José Pinto Ramires, Bernardo Batista, João Velho da Costa, Manoel Corrêa, Sebastião Gomes de Carvalho e Francisco Dias Sales”. Já em 1758, os registros do Pe. Clarke quantificam a população que por ali permanecia: “16 ‘casas’ com um total de 92 pessoas em idade de confessar: 24 eram escravos, 11 eram agregados ou camaradas, e os outros 57 eram membros das famílias dos proprietários”. Magalhães (2022, p. 7-8) ao proceder levantamento das concessões de terra na região, entre os anos de 1790 e 1798, indica que encontrou 33 registros de datas, terrenos e outras designações de terras concedidas por autoridades “locais”⁹. Junto a estes registros, a autora encontrou uma concessão de terra a um preto forro e nenhum registro de sesmaria¹⁰.

Nos documentos da Provedoria da Fazenda Real¹¹ encontram-se informações sobre os moradores do recorte espacial, Vale do Sinos. Esses documentos envolvem os finais do século XVIII e início do XIX. Observando inicialmente, a documentação, entre 1783 e 1798¹², foram encontrados 33 registros para áreas ocupadas, em Santo Antônio da Patrulha (margens do rio dos Sinos), Distrito do Rio dos Sinos, Sapucaya¹³, Aldeia dos Anjos, Itacolomy, campos de Sapucaya, rincão do Itaculomi, campestre Botiá, córrego do Herval e arroio do Hilário (MAGALHÃES, 2022, p. 6).

Dessa forma, percebemos que a atual região do Vale do Rio dos Sinos e Encosta da Serra não começou sua história em 1824 com a chegada dos imigrantes germânicos. Desde pelo menos o ano de 1732 temos a presença de personagens lusos, açorianos e africanos por tais

⁷ Esse espaço hoje corresponde às cidades de Santa Maria do Herval, Dois Irmãos, Sapiranga, Araricá e Nova Hartz. Pertencia, antes de São Leopoldo, ao distrito do Caí (nota de rodapé da autora citada).

⁸ Os municípios entendidos neste artigo como pertencentes a “Encosta da Serra” fazem parte preponderante a bacia hidrográfica do Rio Caí.

⁹ Sobre a concessão de datas ver Costa Porto (1965) e Rüdger (1965) (nota de rodapé da autora citada).

¹⁰ As sesmarias são aquelas posses concedidas pelos governadores da capitania e vice-reis (nota da autora citada).

¹¹ Os documentos da Provedoria da Fazenda real consultados compõem-se do livro de registro de terras (1783-1817) e da “Relação dos Moradores da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos...” (uma cópia do levantamento feito por ocasião do Censo de 1784, sobre o Rio Grande de São Pedro). Nesses documentos, destacamos os registros que dizem respeito ao recorte espacial da pesquisa (nota de rodapé da autora citada).

¹² As primeiras sesmarias concedidas nos “arredores de Viamão” o foram entre 1732 e 1742, com informações prestadas pela Câmara de Laguna e como concessão do governador de São Paulo, por estar o território subordinado àquela capitania. Os sesmeiros, segundo Helen Osório, foram, em sua maioria, tropeiros de Laguna e suas fazendas formaram invernadas para o gado. A expressão “arredores de Viamão” abrange as margens do Guaíba, em Porto Alegre, Itapuã, Rio dos Sinos e Gravataí (OSÓRIO, 1990) (nota de rodapé da autora citada).

¹³ Mantive a grafia dos nomes e citações constantes na documentação original (nota de rodapé da autora citada).

paragens. Isso sem referir na presença indígena que remonta a períodos imemoriais deste “continente gaúcho”:

No território estudado, a presença de dois grupos indígenas é marcante: Kaingangues e Guaranis. Os kaingangues fazem parte da cultura linguística Jê e constituem um dos mais numerosos povos indígenas do Sul do Brasil. Foram inicialmente denominados pelos europeus de guaianás, coroados ou bugres (...). A ocupação prévia do território pelos povos indígenas seria de grande importância para a futura ocupação luso-brasileira (STOCKER, 2019, p. 53-54).

Os povos indígenas favoreceram direta ou indiretamente a futura ocupação luso-brasileira que foi “preparada, facilitada, apoiada e condicionada por essa domesticação territorial pioneira” (MAESTRI, 2010, p. 15) por parte dos kaingangues e guaranis que transitavam por estas regiões. A confluência de bacias hidrográficas no que hoje é RMPA (Rio dos Sinos, Rio Caí, Rio Gravataí e do Lago Guaíba) logo despertou a sanha dos ocupantes lusos recém-chegados a “estremadura do território português”. A região já detinha (muito antes de 1824) fronteiras de ocupações posseiras como as de Antônio de Araújo Vilela (o “Courita”) ou ocupações documentais como as do “caudilho” Raphael Pinto Bandeira. O conhecimento e os interesses deste último na região referida, com certeza auxiliou na transposição da Real Feitoria do Linho Cânhamo para a mesma. Conforme nos indica Moraes (1994), existem mapas do século XVIII que mostram as divisas entre as terras que pertenciam a Raphael Pinto Bandeira e as do José Leite de Oliveira (citado no levantamento do Pe. Clarke) que seriam utilizadas pelo futuro empreendimento da feitoria real.

A Real Feitoria do Linho Cânhamo - RFLC¹⁴ foi um empreendimento do governo imperial português em terras brasileiras. O “cânhamo, adaptado a diferentes climas do planeta, é uma variedade de planta da *Cannabis*” (ROSA, 2020, p. 440) de origem asiática e que havia sido “produzida com sucesso na Espanha, França e Rússia; quando beneficiada se transforma em linho para tecidos e cordas” (MENZ, 2005, p. 140-141). Desse modo, a RFLC é instalada no distrito de Canguçu, na Freguesia de Rio Grande, em 10 de outubro de 1783, para produzir a cordoalha náutica para a Coroa portuguesa (CUNHA, 2017, p. 39).

Entre 1783 e 1789, a RFLC trocou quatro vezes de administrador: 1) Padre Francisco Xavier Prates (que ao chegar no “Continente” acaba adoecendo e falece em julho de 1784); 2) Coronel Raphael Pinto Bandeira (já então Comandante do Capitania de São Pedro do Rio

¹⁴ Ou RFC (alguns autores suprimem o L da referida sigla, conforme consta no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRs). Em 1822, com a independência do Brasil, o empreendimento mudou brevemente de nome, até o seu findar em 24 março de 1824, para Imperial Feitoria do Linho Cânhamo.

Grande do Sul, que assume interinamente a administração até 16 de outubro de 1784); 3) Inspetor Francisco Xavier da Cunha Pegado (que assume em 26 de outubro de 1784 e até 1787); e 4) Pe. Antonio José Machado Moraes Sarmento (que tomou posse em janeiro de 1788 e fez a transferência de local do empreendimento). Pesquisadores sobre a história da RFLC indicam interesses funcionais de Pegado (terras mais agricultáveis), mas principalmente interesses particulares de Raphael Pinto Bandeira na transferência do empreendimento para próximo do Faxinal da Courita, já que este último seria “suspeito pelo fato deste possuir muitas posses de terras na região de Canguçu e Pelotas, senão em seu nome, registrados no nome de familiares próximos, formando verdadeiro feudo na região” (OLIVEIRA, 2014, p. 171).

A mudança de território da RFLC ocorrera em duas comitivas (ROSA, 2020, p. 447-448). Uma primeira comitiva de escravos (18 casais, 47 filhos de casais, 38 cativas mulheres domésticas, 11 cativos de confisco e 1 cativo homem solteiro, totalizando 133 assujeitados) soldados (2 feitores e 1 dragão) e o inspetor (Pe. Antonio J. M. M. Sarmento) que inicia sua marcha em 25 de setembro de 1788, e que em razão das chuvas, só alcança Faxinal da Courita em 14 de outubro de 1788. Uma segunda comitiva menor, igualmente contendo escravos (3 casais, 11 cativos jovens, 2 cativas de confisco, 1 cativo de confisco, totalizando 20 assujeitados) e soldados (1 sargento e 2 feitores), incumbida de levar o cânhamo que estava por ser manufaturado e os bovinos que não foram levados na comitiva anterior, em razão das chuvas. Nestes registros, das comitivas de transposição da RFLC, podemos imaginar as agruras que estes mais de 150 escravos assujeitados vivenciaram ao percorrer transportando mantimentos e víveres por mais de 300km com chuvas torrenciais do inverno gaúcho.

Menz (2005) registra que entre a data de transposição da RFLC (1788) até a sua inativação (1824) constavam 15 sobrenomes diferentes entre os escravos régios, dos quais 5 destes não aparecem no inventário realizado em 1824:

A explicação para estes “desaparecidos” pode variar: temos nomes similares em 1824 que não constam na lista de 1788: Lima-Lemos, Teixeira-Siqueira; o que pode significar erros dos escrivães, coevos ou recentes. Algumas destas famílias podem não ter constituído linhagem até 1824 e outras podem ter sido transferidas. Mais difícil é explicar o grande número de novas linhagens no ano de 1824; ao todo, são 32. Em 1788 transferiram-se também 53 escravos boçais do confisco do contrabando, 12 homens e 39 mulheres. É possível que estes escravos tenham recebido sobrenomes dados pelos próprios escravos: daí famílias “da terra” com sobrenomes pitorescos como Novo e Fera. Mesmo assim — se estivermos tratando de patrilinearidade, como parece ser o caso — explicam-se apenas 12 novos sobrenomes. Os outros 20 nomes podem indicar que a Feitoria continuou a receber novos escravos régios (MENZ, 2005, p. 154-155).

O que transborda para além das elucidações históricas propostas por Menz (2005), é que a RFLC detinha relações de escravidão que pressupunham transferências, acréscimos (confiscos) e supressões do plantel dos escravos régios assujeitados. Entre 1788 e 1824, com a RFLC já instalada no Faxinal da Courita, novamente é procedida a troca de seus administradores. O Pe. Sarmiento permaneceu no cargo de inspetor da feitoria até 1801, sendo que entre 16 de julho de 1796, até 22 de novembro de 1798, acumulou tal função com a de Comandante da Aldeia dos Anjos (atual município de Gravataí). Tal fato evidencia que os escravos régios da RFLC detinham trânsito por um abrangente território de ocupação que englobava as bacias hidrográficas do Rio dos Sinos, Rio Gravataí e Rio Caí (figuras 2 e 4). Em 1801, “Sarmiento foi substituído pelo Pe. Antonio Gonçalves Cruz, então capelão da Feitoria” (ROSA, 2020, p. 444):

No espaço entre 1803 e 1814 não existe nenhuma informação nova sobre a relação entre o inspetor da RFC e a escravaria. No entanto, em 14 de dezembro de 1814, Joaquim Maria da Costa Ferreira relata a morte do Pe. Cruz ao governador, o Marquês de Alegrete. Ao que parece, o padre havia sido assassinado pelos seus escravos. Não é difícil imaginar onze anos de escaramuças entre o inspetor e a escravaria, durante os quais foram se esgotando as opções de conflito político ou de negociação, o assassinato viria como última opção (MENZ, 2005, p. 152).

Entre 1814 e 1816, com a morte do Pe. Cruz, as correspondências passaram a ser assinadas por Joaquim Maria da Costa Ferreira. Entre 1816 e 1820, assumiu o Tenente José Manoel Antunes da Frota que teria administrado de forma calamitosa a RFLC até sua morte (MORAES, 1994, p. 69). Por fim, em julho de 1820, assumiu o inspetor José Thomas de Lima, que permaneceu no cargo até o término do empreendimento, tendo sido posteriormente o primeiro administrador da “Colônia Germânica de São Leopoldo” e aquele que procede as medições do território que efetivamente eram da RFLC (figura 4 abaixo).

A troca constante de administradores da RFLC revela o pouco caso com que a Coroa portuguesa dispndia ao dito empreendimento. A RFLC deveria funcionar na lógica ambivalente de prover a cordoalha náutica da Coroa portuguesa e se auto prover em termos de sustento básico (alimentação, vestuário e habitação) do seu plantel de escravos, soldados e gestores. Vários pesquisadores indicam os equívocos administrativos em que a RFLC acabou incorrendo: soldados que não eram acostumados as lides da feitoria real (agricultura e pecuária), alegada autonomia dos escravos régios na dedicação de suas atividades e a má-gestão de seus inspetores atribulados por inúmeras tarefas. Podemos depreender das abordagens apresentadas por Menz (2005), Johann (2010) e Rosa (2020); mais uma questão nefrágica para o insucesso da RFLC: o acúmulo de atribuições desenvolvidas. Menz (2015), com base em documentos

produzidos por Sarmiento e Pe. Cruz, propõe a seguinte divisão da mão de obra escrava: ferreiro, carpinteiro, aprendiz, alfaiate, oleiro, campeiro, fiandeira, tecedeira, costureira, cozinheira além dos responsáveis pelo cultivo agrícola do linho. A gama de atividades necessárias para o sustento básico da RFLC dispndia considerável dedicação de tempo, o que indiretamente propiciou a parca produção de linho, constantemente relatada pelos inspetores da feitoria.

Outra característica do plantel de escravos régios da RFLC, era a sua organização em núcleos familiares através do casamento. Desde a vinda dos escravos da Fazenda de Santa Cruz, passando pelos campos da Canguçu, os escravos eram “motivados” a constituírem matrimônio. Pesquisadores desse período indicam a importância desses “laços se fortaleceram e formaram uma rede de solidariedade, o que facilitava a atuação dos escravos no enfrentamento à ordem escravagista” (ROSA, 2020, p. 447). A proximidade da RFLC com a capital Porto Alegre (30km) favorecia toda uma rede de intercâmbios da escravaria entre si (documentada em registros de batizados que selavam relações de compadrio) e da escravaria com a sociedade porto-alegrense (documentada em relatos da capital e dos inspetores da RFLC):

Além disso, Porto Alegre era muito próxima o que no “tempo morto” da produção de cânhamo permitia que os inspetores alugassem trabalhadores¹⁵ que passavam assim a frequentar com certa liberdade a sociedade porto-alegrense e os núcleos políticos importantes do Antigo Regime, aproveitando para vender na cidade o produto da sua roça, construindo assim uma rede de interesses (JOHANN, 2010, p. 19).

Além do trabalho alugado, com o qual os escravos dispunham em seus intercâmbios para fora do território da RFLC, os mesmos mantinham roçados de mandioca, milho, feijão e até algodão. A produção remanescente de tais agriculturas, juntamente com parte das produções advindas da pecuária da feitoria (couro, sebo, laços, cabrestos e ferramentas manuais) eram comercializadas em Porto Alegre ou enviadas para o Rio de Janeiro. Este tipo de relação comercial foi posteriormente mantida pelos imigrantes germânicos. Existem episódios relatados por inspetores da RFLC, que demonstram o grau de organização dos escravos régios:

O grau de relativa autonomia dos cativos da Feitoria pode ser destacado por dois episódios interessantes. O primeiro deles é o momento em que alguns escravos haviam fugido da Feitoria para fazer um requerimento ao governador contra o inspetor (...).

¹⁵ Há registros de escravos de Sua Majestade servindo no: hospital de Porto Alegre; no serviço da Marinha em Porto Alegre; em Porto Alegre fazendo carvão; em Porto Alegre em serviço de salário; em Rincão de SAR e no hospital de Rio Pardo; em casa de deputado da Junta; em Santa Catarina; em casas de particulares; mulheres servindo como amas de leite; homens como aprendizes do trem; servindo nos Armazéns; servindo no Palácio; servindo na Intendência; na casa da Junta. AHRs, RFLC, Maço Único, José Tomás de Lima – 1822 & AHRs, RFLC, Maço Único, Tenente Joaquim Maria da Costa Ferreira -1814. No ano de 1822 as receitas de alugueis de escravos empregados era de 838\$400 – AHRs, RFLC, Maço Único, José Tomás de Lima – 1823 (nota de rodapé da autora citada).

Um segundo episódio no qual os escravos demonstraram novamente sua força, e digno de destaque, foi quando, de acordo com o inspetor, no ano de 1822 todas as noites os escravos iam roubar gado da Feitoria que era prontamente vendido, o que denota contatos comerciais da escravaria com a sociedade local. (...). A tentativa de prisão dos negros atçou toda a escravaria, inclusive as mulheres, demonstrando a solidariedade e força das famílias e das relações (JOHANN, 2010, p. 21-22).

A suposto grau de autonomia dos escravos régios da RFLC, se torna evidente pelos registros históricos da feitoria, “mas continua sempre a ser relativa, uma vez que podemos identificar uma clara rotina escrava estabelecida” (JOHANN, 2010, p. 24). Os escravos régios detinham conhecimento das engrenagens coloniais da Coroa portuguesa e “souberam usar-se de todos estes problemas para inviabilizar o regime de *plantation*” (MENZ, 2005, p. 157-158) do linho cânhamo. Tal apontamento evidencia justamente o conteúdo político das atividades e relações desenvolvidas pela escravaria da RFLC, o que conforme citado, conseguiu fazer com que até mesmo Raphael Pinto Bandeira (ocupante interino do cargo de governador do estado) proibisse os castigos de escravos reais na Feitoria (MENZ, 2005, p. 147). Com as mudanças políticas ocorridas no Brasil em 1822, a Feitoria agora sob selo imperial, começa a se dedicar prioritariamente à pecuária, e não mais ao linho cânhamo. Tal lampejo dura pouco tempo, e logo em seguida a feitoria é descontinuada em 1824. Nesse ponto os pesquisadores sobre o tema divergem quanto ao destino dos escravos régios. Enquanto Santos (2018, p. 4) defende que os escravos “foram levados para outras regiões da província, como Canguçu e Pelotas”; Bassan, Moraes & Carvalho (2020, p. 34) pontuam que os cativos foram “dispersos”; já Menz (2005, p. 154) defende que os 328 escravos inventariados ao término da feitoria foram “enviados ao Rio de Janeiro” de volta para a Fazenda Imperial de Santa Cruz. Essa última teoria não encontra lastro, já que Pereira (2011, p. 210) não encontrou “registros sobre a volta dessas famílias” para a fazenda imperial fluminense. O mais provável é que tais escravos tenham permanecido no estado gaúcho e sido intermediados como mercadoria entre o império (gestores) e a elite local.

2 Invisibilização das relações interétnicas entre imigrantes germânicos e a escravidão

Para além da invisibilidade da história negra anterior a 1824, constatamos igualmente a negação da presença histórica de escravos, forros e mestiços que permaneceram ou foram trazidos para a antiga região da RFLC / então “Colônia Germânica de São Leopoldo”. Nas cidades abrangidas pelo recorte territorial de nosso artigo, constata-se a construção de narrativas contendo um “sentido laudatório, enaltecendo feitos e características de determinado grupo

étnico ou agente histórico. Essas características muitas vezes são construções focadas em criar um distanciamento interétnico” (SANTOS, 2018, p. 3) entre imigrantes germânicos e europeus em relação a outros grupos étnicos marginalizados; principalmente frente aos africanos que igualmente mantinham presença por tais espaços. Os estudos levados a cabo por Moreira & Mugge (2014) e por outros historiadores antes deles, evidenciam que os imigrantes germânicos possuíam plantéis de escravos tão logo tivessem possibilidades financeiras para isso.

Uma historiografia imersa de parcialidade fechou os olhos a tal realidade e atribuiu aos imigrantes europeus, principalmente alemães, impermeabilidades às influências do meio escravocrata em que se inseriram. Os imigrantes alemães (e seus descendentes) seriam arautos do trabalho manual, livre e regrado, imunes às ânsias de seus vizinhos quanto à vontade de possuir escravos (...). Não cabe ao historiador julgar os indivíduos e grupos que analisa, condenando ou aprovando os seus comportamentos, pois isso seria cair numa errônea postura anacrônica (MOREIRA; MUGGE, 2014, p. 25).

Estudos historiográficos que se aprofundaram em processos de inventários; “processos-crime; escrituras de compra e venda; registros de nascimento, batismo, casamento e óbito; registros paroquiais da Lei de Terras e mais um número expressivo de documentos” (WITT, 2014, p. 22) possibilitaram que alguns véus da historiografia laudatória caíssem e revelassem fatos até então ignorados da imigração germânica. Os estudos sobre as relações desenvolvidas entre imigrantes germânicos e afrodescendentes (escravos ou não) sempre esbarraram em algumas teorias historiográficas que paulatinamente vem sendo desbaratadas pelos registros encontrados: a) a pretensa substituição da mão de obra escrava pela mão de obra imigrante; b) o suposto isolamento territorial, linguístico e costumeiro dos imigrantes germânicos frente as práticas lusas. Essas teorias ainda encontravam guarida nos supostos marcos legais (a Lei Provincial nº 143 de 21/07/1848, a Lei Imperial nº 514 de 24/10/1848, e a Lei Provincial nº 183, de 18/10/1850). Apesar de tais marcos legais existirem, Tramontini (2014, p. 7) indica que tais leis eram “para inglês ver”, pois contrariavam os “princípios de uma sociedade escravocrata e da liberdade das pessoas disporem de seus bens e capitais”. Neste sentido, as fontes evidenciam a continuidade na utilização da mão-de-obra escrava na Colônia de 1824 até 1888.

(...) não havia qualquer impedimento legal quanto à propriedade de *mercadorias humanas* por parte dos teutos residentes em Porto Alegre ou em qualquer cidade brasileira. As dezenas de cartas de alforria registradas por senhores teuto-brasileiros nos cartórios da capital da província atestam que o investimento em mão-de-obra escrava era um costume arraigado entre estes indivíduos, e que as políticas de controle senhorial eram também similares. Os teuto-brasileiros não apareciam nestes documentos de liberdade apenas como proprietários. Eles assinavam como testemunhas, redigiam alforrias a rogo de senhores analfabetos e adiantavam a quantia necessária aos escravizados para agenciamento de suas alforrias. Habitantes de um

mundo escravista, os teutos eram personagens que cotidianamente compartilhavam o palco social com escravizados, libertos, ingênuos (MOREIRA, 2019, p. 86).

As referidas legislações provinciais e imperial promulgadas eram fruto da preocupação governamental de que os propósitos da imigração europeia não seriam um contraponto mini fundiário efetivo ao poderio latifundiário luso que sempre ameaçava os interesses do império (WITT, 2014, p. 24). Mas conforme indicado, a ausência de fiscalização de tais marcos legais favoreceu com que os imigrantes germânicos, desde a sua chegada ao Brasil, percebessem “o valor material e imaterial da posse de escravos em suas propriedades rurais e / ou urbanas” (WITT, 2014, p. 23). Nesse aspecto é importante notar que parte dos imigrantes germânicos “que vieram como agricultores, não o eram de fato ‘e logo migravam para os centros urbanos’, configurando uma espécie de colonos-artífices. Na ânsia de não perderem a oportunidade com que a vida (...) lhes acenava, inúmeros artesãos se disfarçavam entre os agricultores” (MOREIRA, MUGGE, 2014, p. 28) e vieram tentar a sorte no Brasil. Em várias dessas situações, tais “colonos” artesões requisitavam permissão das autoridades provinciais e imperiais (documentadas em cartas e registros da época) para possuírem escravos com os quais lavrariam seus lotes recebidos, enquanto os mesmos se dedicariam a seus reais ofícios urbanos.

Diante de tais apontamentos, fica cada vez mais latente o fato de que as teorias laudatórias sobre a imigração germânica – do suposto isolamento e do não uso de mão de obra escrava na colônia de São Leopoldo – são inverídicas. Os registros censitários do período dão conta de que “em 1850, havia 229 escravos na Colônia de São Leopoldo, o que se considerava ‘número demasiado grande num distrito [em] que se pode dispor de tantos braços livres’” (WITT, 2014, p. 27). No censo de 1872, eram 1546 escravos sub contabilizados, já que segundo compilação de Araújo (2011) na verdade seriam 1946 indivíduos escravizados, afora os libertos.

Neste sentido, ao mesmo tempo que passou-se a discutir mecanismos que limitassem acesso à terra pelo imigrantes, que culminaria com a Lei de Terras (1850), implementaram-se mecanismo que restringiriam e proibiriam a propriedade de escravos pelos mesmos colonos, não só como um meio de drenar os valorizados cativos para os setores preferenciais da economia, como também de limitar o uso deste instrumento ou meio de enriquecimento - o principal numa sociedade escravocrata - pelos “estrangeiros”, afinal sem escravos os colonos não poderiam se tornar latifundiários, ou competir nos setores centrais da economia imperial, nem mesmo com os senhores “brasileiros” que pretendiam centralizar a vida econômica e política da região de colonização (TRAMONTINI, 2014, p. 7).

Tabela 2: Dados estatísticos da colônia em 1826-1853

1845	N.º defogos	Escravos		Total
		machos	fêmeas	
Povoação	136	33	9	42
Feitoria	35	12	3	15
Sendente	56			
Guary	56	3	1	4
Campo Oc.	188	2	2	4
Campo Bom	80			
Dois Irmãos	149	7	4	11
Travessão	25			
Picada Berghan	91			
Picada 48 / Picada Café	91			
Picada Bernardino	76			
Picada 14 Colônias	17	6	1	7
Picada Nova	31	1		1
Soma	1.031	70	20	90
Moradores Brasileiros	84	41	23	64
Total	1.115	111	43	15

Tabela 3: Relação dos escravos matriculados em 1850

REGIÃO	MASC.	FEM.	TOTAL
Distrito no pé da Vila	2	2	4
Feitoria Velha	22	7	29
Sendente	4	-	4
Guary	2	1	3
Picada Dois Irmãos	11	7	18
Picada do Bom Jardim	6	3	9
Picada dos 48 Colônias	2	1	3
Picada Hortêncio	9	4	13
Campo Ocidental	80	44	124
Mundo Novo	11	-	11
Vila de São Leopoldo	38	32	70
TOTAL	187	101	288

Fontes: A.H.R.G.S., Colonização, S.L.; Dados estatísticos da colônia, 1826-1853, Cx. 289 & A.H.R.G.S., diretoria geral das colônias de São Leopoldo, anos de 1850 –1853, Códice: L. 296 M. 67 *apud* Tramontini (2014, p. 11-12).

Figura 4: Mapa da RFLC (1824).

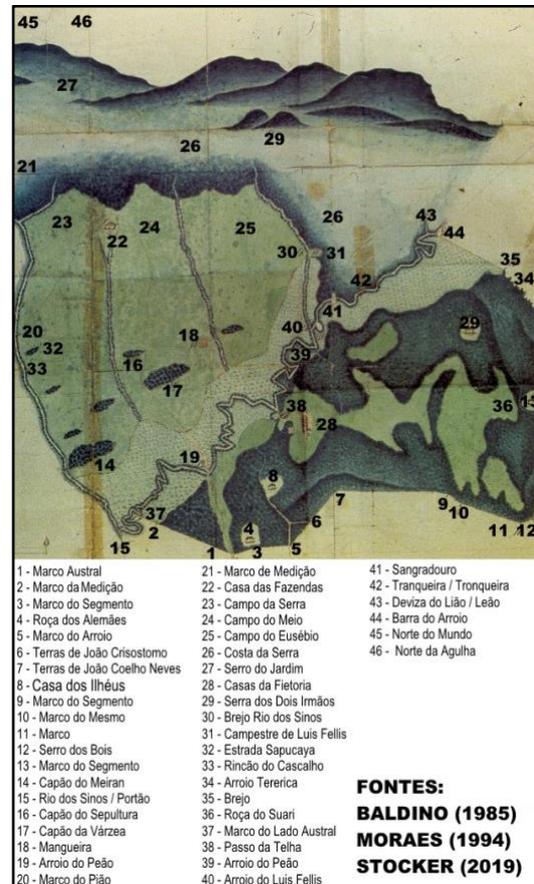
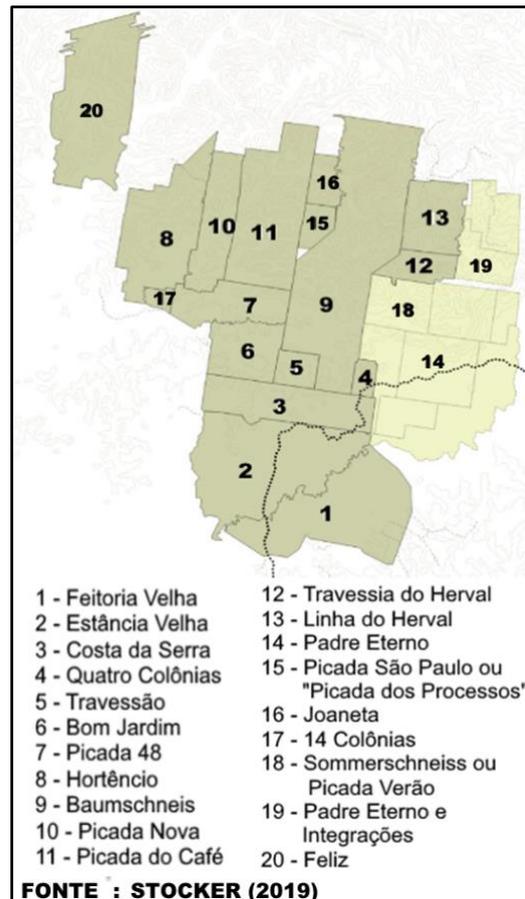


Figura 5: Colônia Germânica de São Leopoldo.

As terras e os escravos continuavam a ser um dos principais sinais de prestígio social e poder econômico na sociedade oitocentista de São Leopoldo. Entre a vinda dos imigrantes em 1824, até a Lei de Terras em 1850 (e até depois disso), existem muitos registros de contendas territoriais entre os imigrantes germânicos e antigos ocupantes do território da Colônia de São Leopoldo. Desde antes da chegada dos imigrantes germânicos a “partir de 1817, as terras ocupadas pela RFLC e suas fronteiras passaram a ser questionadas por pessoas que alegavam serem as verdadeiras proprietárias de parcelas dessas terras” (ROSA, 2020, p. 449). As “terras eram ocupadas por posseiros, proprietários, escravos e agregados” (MAGALHÃES, 2022, p. 9) que não teriam sido devidamente avisados de que deveriam ter se dirigido “à Vila de Rio Grande e, de posse de seus títulos de terra, apresentassem-se ao Coronel do Comando do Continente para as devidas indenizações” (ROSA, 2020, p. 447) quando da instalação da antiga RFLC. O último administrador da RFLC, e o primeiro administrador da Colônia de São Leopoldo, o inspetor José Thomas de Lima procedeu a demarcação possível do antigo território da RFLC que seria destinado para ocupação dos lotes coloniais de imigrantes germânicos:

Esses conflitos se estenderam até 1824, quando o espaço da fazenda da Real Feitoria Linho Cãnhamo foi medido e demarcado por João José Ferreira e João Antonio da

Costa, os quais estabeleceram os limites de 38:957:540 braças quadradas de superfície, contendo 21:310:600 braças quadradas de campo e 17:646:940 de matos. No entanto, é possível que essa demarcação oficial do Estado Imperial só tenha ocorrido por conta dos novos projetos estabelecidos para as terras da Real Feitoria, que foi fechada nesse mesmo ano para dar início a um projeto de colonização. Ou seja, é bem provável que esse novo contexto de imigração tenha estimulado a delimitação das terras (ROSA, 2020, p. 449).

O enriquecimento de comerciantes germânicos na região do Rio dos Sinos possibilitou com que alguns deles, antes da Lei de Terras de 1850, tomassem a si o papel de loteadores da ocupação territorial da Colônia de São Leopoldo. O imigrante João Pedro Schmitt que havia chegado em dezembro de 1825 a colônia, logo contraiu núpcias com Anna Bárbara Blauth em 1827, acessando assim os trabalhos de transporte de mercadorias pelo Rio dos Sinos até a capital Porto Alegre. Logo em seguida, o mesmo abre uma venda na Costa da Serra num “ponto de entroncamento de rotas que vinham de regiões mais ao Norte e Nordeste da Colônia de São Leopoldo (Picadas de Bom Jardim, São Miguel de Dois Irmãos, Campo Bom) e dos Campos de Cima da Serra em direção à sede colonial e Porto Alegre e vice-versa” (SANTOS, RAYMUNDOS, 2013, p. 3-4). O local viria a ser conhecido como Hamburger Berg, atual bairro Hamburgo Velho, bairro originário da atual cidade de Novo Hamburgo. Com o sucesso de seus empreendimentos comerciais, João Pedro Schmitt e familiares iniciam empreendimentos de loteamento de terras que “avizinhavam” a sede de São Leopoldo e foram incorporadas a ela:

Nesse contexto, em 1845, Tristão Monteiro e seu primeiro sócio, Jorge Eggert, efetuaram a compra da Fazenda Mundo Novo, que pertencera a Antônio Borges de Almeida Liaens (que pode ser, provavelmente, Leães) e a sua esposa, que na época já estava viúva, localizada no Pinhal, também próxima da Fazenda do Padre Eterno. Nessa mesma época, João Pedro Schmitt e seu sócio João Kraemer, de Hamburger Berg, iniciavam uma colonização particular nas localidades de Picada da Bica (hoje Arroio da Bica, na cidade de Araricá, na divisa com Nova Hartz) e Picada Ferrabrás¹⁶ (ao pé do morro de mesmo nome, localizado no hoje Município de Sapiranga), na Fazenda do Padre Eterno, assim como João Jacob Blauth (cunhado de João Pedro Schmitt) e seu sócio Felipe Leopoldo Matte iniciavam a Colônia de Picada Verão, próximo da Picada de São Miguel de Dois Irmãos (hoje localidade entre os municípios de Sapiranga e Dois Irmãos) (SANTOS, RAYMUNDOS, 2013, p. 6-7).

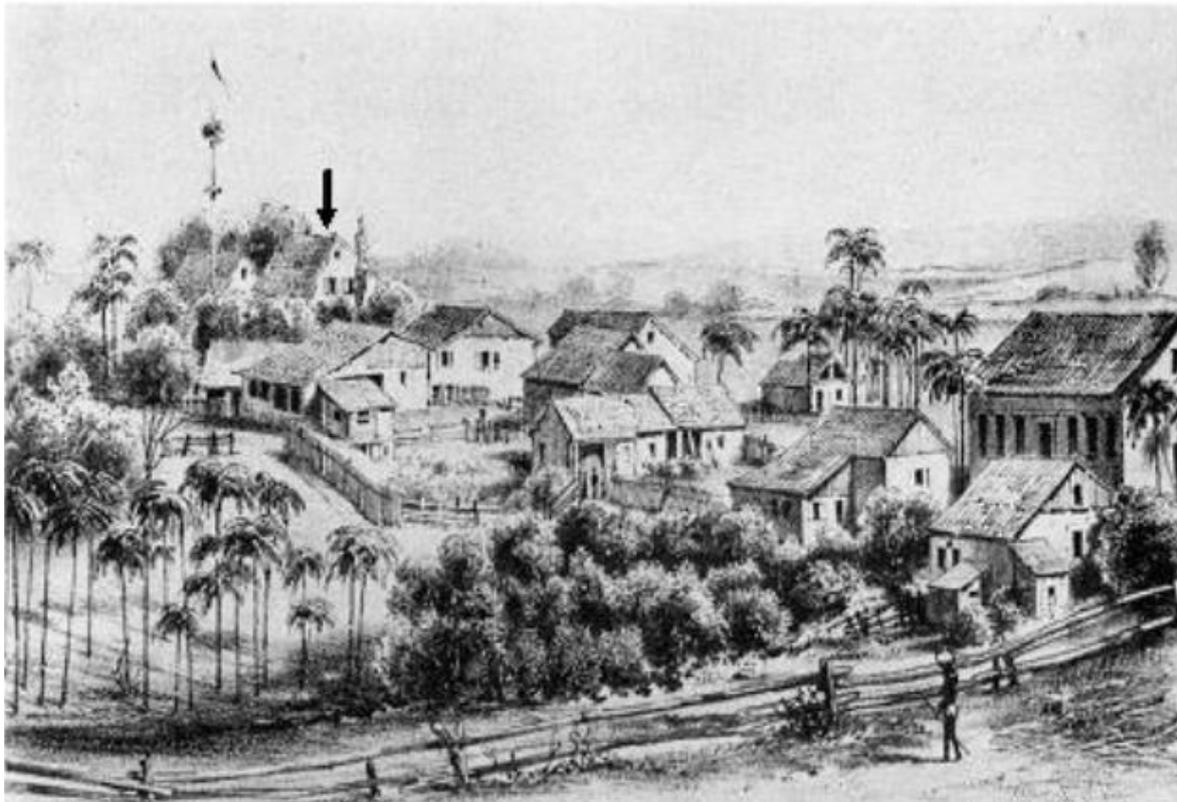
A Fazenda do Mundo Novo, adquirida pelos imigrantes referidos, do espólio de Antonio Borges de Almeida Liaens (Leães), fora concedida pelo governador da província em junho de 1814. A referida Fazenda Mundo Novo era um estabelecimento agropecuário que possuía

¹⁶ Esta região ficou conhecida em decorrência de ter ali ocorrido, entre 1872 e 1874, a questão dos Mucker, tendo caráter religioso, mas também social, sendo em 1874 o confronto final destes com as forças do Exército. A frente do grupo, esta Jacobina Mentz Maurer e seu marido João Jorge Maurer. Sobre o tema, queira ver: AMADO, Janaína. *A Revolta das Mucker*. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002. GEVEHR, Daniel Luciano. *Pelos caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (re)significados*. São Leopoldo, 2007. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS, 2007. (nota de rodapé dos autores citados).

engenho, moinho artesanal, alambique e atafona; e empregava mão-de-obra “escrava, tendo cinco escravos (quatro homens entre 28 e 40 anos; uma mulher com 38 anos)” (MAGALHÃES, 2022, p. 10-11) que supria a capital da província com a produção da mesma. Já a Fazenda Padre Eterno, foi adquirida por sociedade de João Pedro Schmidt, que além de comerciante e loteador, foi também “juiz de paz do 4º Distrito (região de Hamburger Berg, Bom Jardim, Estância Velha e Campo Bom)” (SANTOS, RAYMUNDOS, 2013, p. 7) e igualmente vereador da colônia de São Leopoldo entre as décadas de 1850 e 1860, sendo “responsável por dirigir e administrar a Vila (e posterior Município, a partir de 1864)” (SANTOS, RAYMUNDOS, 2013, p. 8). Todo esse poder de prestígio e renda invariavelmente lhe proporcionou adquirir escravos:

A fortuna de Schmitt, em 1868, chegou aos 85:005\$510, distribuída entre estabelecimento comercial (venda), empréstimo, casas, terras, plantel de onze escravos e animais para criação e auxílio no transporte de mercadorias (SPERB, 1987, p. 17-44). A dimensão dos negócios de Schmitt equipara-se à dos “exponenciais” analisados neste trabalho, sobretudo a diversificação dos investimentos e a opção de ter a venda como suporte econômico. Nesse caso específico, o comércio de Schmitt serve como parâmetro e indicador de que a Costa da Serra era, de fato, um ponto comercial que se destacava no cenário colonial expandido a partir de São Leopoldo. Schmitt, conforme listagem levantada por Germano Moehlecke, constava como um dos grandes proprietários de escravos da Colônia de São Leopoldo, fato respaldado pela pesquisa efetuada por Sperb, que mostra que, em seu inventário, constavam onze escravos (WITT, 2014, p. 28-29).

Figura 6: Litografia feita em 1865 representando Hamburgerberg – Hamburgo Velho



Fonte: Fundação Ernesto Frederico Scheffel (2010). A seta indica o local da venda de João Pedro Schmitt.

A figura acima é uma litografia feita pelo artista Canstatt em 1865. Esta litografia é considerada a imagem mais antiga de *Hamburger Berg* (atual bairro de Hamburgo Velho, de onde surgiu a cidade de Novo Hamburgo, e onde João Pedro Schmitt possuía sua venda). Pode-se observar, em primeiro plano, um homem negro, possivelmente escravo, segurando um objeto sobre sua cabeça. Ele está de costas e observa o que está a sua volta. É bem provável que esta primeira imagem de Novo Hamburgo – ainda uma localidade de São Leopoldo – evidencie graficamente o que estamos discorrendo textualmente: a presença negra na construção social e econômica das cidades que hoje compõem o Vale do Rio dos Sinos e Encosta da Serra Gaúcha.

Presentemente, é quase inacreditável o véu de invisibilidade com que, ideologicamente, foi recoberta a população negra no Vale dos Sinos em particular e nas zonas de imigração europeia em geral. Uma identidade municipal unívoca enaltecia a etnicidade germânica e apagava os vestígios da presença afrodescendente na história local. No caso dos curtumes, pesquisas recentes têm comprovado a considerável participação de trabalhadores negros no auge dessa atividade, no século XIX. Investigando o associativismo negro nessa região, a historiadora Magna Magalhães, em sua tese de doutoramento, desvelou as estratégias de famílias negras inseridas neste pretense espaço branco ou, mais exatamente, *branqueado*. Magalhães entrevistou integrantes do clube negro Cruzeiro do Sul, fundado em 1922 por moradores do Bairro África, atualmente pertencente a cidade de Novo Hamburgo, ex-distrito de São Leopoldo, emancipado em 1927 (MOREIRA; MUGGE, 2013, p. 39).

Várias foram as estratégias que direta ou indiretamente apagaram silenciando e invisibilizando a presença, a permanência e os legados do patrimônio cultural e histórico de afrodescendentes na região de colonização predominantemente germânica do Vale do Rio dos Sinos e Encosta da Serra Gaúcha. Encontramos “vários exemplos de escravizados (africanos e crioulos) falando o idioma alemão de seus senhores, mas até agora nenhum exemplo do inverso, ou seja, proprietários germânicos se expressando em alguma língua africana” (MOREIRA, 2019, p. 81). Inclusive, existem registros de imigrantes germânicos, que se utilizavam de seus escravos africanos para conseguirem se comunicar em língua portuguesa com as autoridades provinciais. Anúncios jornalísticos como os reproduzidos abaixo eram igualmente usuais na Colônia Germânica de São Leopoldo:

Continuam a andar fugidos há mais de 1 ano, de sua fazenda rural na Linha Nova, os escravos Ambrósio, com 40 anos, e Eva, de 18 anos, ambos de cor preta e *falam alemão*; foram vistos em Porto Alegre, quem agarrar ou der notícias será gratificado e quem ocultá-los será punido com as penas da lei. Pode-se dar notícias ou levar os mesmos à rua Voluntários da Pátria nº 25 ou em sua fazenda na Linha Nova do Hortêncio. São José do Hortêncio, 28 de dezembro de 1886. João Daniel Collin (MCSHC - O Conservador, 16/12/1887, folha 4, grifos nossos) (MOREIRA, 2019, p. 81-82).

Não apenas o idioma germânico era assimilado pelos escravos, mestiços e forros que viviam na Colônia de São Leopoldo, mas igualmente os sobrenomes eram adotados como estratégias de instrumentalização social de tais artifícios. Moreira & Mugge ilustram muito bem – tanto em seu livro (2014) como em seu artigo (2013) – como tal assimilação era empregada, através do registro documental do roubo da carta de alforria do preto Pedro Algayer:

Portar, em certas circunstâncias e espaços, o sobrenome senhorial Allgayer não seria indício de uma (*falsa*) hibridação étnica (Furtado, 2012, p. 153), mas o acionamento de uma estratégia identitária. Afinal, no cotidiano de suas relações, o africano Pedro manteve suas opções em marcos étnicos ao escolher africanos como parceiros, como a amásia Apolinária e o parente Bonifácio. No seu círculo íntimo não deveria usar o sobrenome germânico, o qual, entretanto, era instrumentalizado quando envolvido em demandas comunitárias mais amplas (MOREIRA; MUGGE, 2013, p. 44).

Segundo os referidos autores, existem dois fatores que prejudicam – mas absolutamente não impedem – a pesquisa sobre a população negra após a abolição da escravidão, principalmente em áreas caracterizadas pela imigração germânica, que são “a *ausência da cor* que gradualmente vai tomando conta dos registros documentais e o costume de muitos escravos em assumirem o sobrenome de seus ex-senhores” (MOREIRA, MUGGE, 2014, p. 90). Outros autores como Sayão (2012, p. 43) indicam o mesmo processo com um outro nome:

a “crioulização da população escrava de São Leopoldo ao longo das décadas” mascarando a presença negra nestas cidades com outras designações como “crioulos” ou “pardos”.

3 Racismos institucionais e invisibilidade negra junto as instâncias municipais

Nas cidades pertencentes ao recorte territorial proposto, percebemos que para além das invisibilidades da história e do patrimônio cultural afrodescendente, temos ainda os racismos institucionalizados de negação não só da presença da população negra como também da ausência de políticas afirmativas de acesso as instâncias de protagonismo político e social.

O Conselho Municipal de Povos Tradicionais de Matriz Africana de São Leopoldo – COMPOTMA - SL, surgiu da iniciativa de religiosos africanistas que passavam por dificuldades legais, por preconceito e também por discriminação. Estas dificuldades forçaram estes adeptos a buscar por alternativas, visto que as leis locais constituídas e a Constituição Federal não são claras e específicas quanto aos seus ritos, também da forma como são organizadas as suas culturas (BASSAN; MORAES; CARVALHO, 2020, p. 44-45).

A presença da população negra ou parda na região, apesar de não ser expressiva em todas as cidades percorridas, não é inexistente em nenhuma delas. O Censo do IBGE (2010) indicou que apesar da forte presença populacional branca na região, a população autodeclarada negra beira 3%, e população autodeclarada parda beira 7%, totalizando aproximadamente 10% da população. O Censo do IBGE de 2022 (cujas estimativas de crescimento populacional já se encontram disponíveis desde 2021, mas cuja demora na sua realização – 2023 – pode acarretar defasagem de dados, e eventuais invisibilidades reflexas na autodeclaração racial dos indivíduos) virá eventualmente a consolidar e aprofundar tais dados, já que pesquisadores da área demográfica indicam a tendência de que autodeclarantes (que até então não se declaravam como sendo negros e pardos) virão a assim se auto identificarem, devido as políticas afirmativas que paulatinamente avançaram (ou regrediram?) nos últimos anos.

Tabela 4: Municípios pesquisados com ano de emancipação, origem territorial e dados censitários

N	Município	Lei / Ano	Ano de Emancipação	Município de Origem	Censo 2010 Total	Censo 2010 Pretos	Censo 2010 Pardos	Estimativa 2021
1	São Leopoldo	4/1846	1846	Porto Alegre	214.087	10.292	18.652	240.378
2	Novo Hamburgo	3.818/1927	1927	São Leopoldo	238.940	7.625	14.312	247.303
3	Sapiranga	2.529/1954	1954	São Leopoldo / Taquara	74.985	1.273	9.834	80.514
4	Estância Velha	3.818/1959	1959	São Leopoldo / Sebastião do Cai	42.574	1.194	3.131	51.292
5	Campo Bom	3.707/1959	1959	São Leopoldo / Novo Hamburgo	60.074	1.668	4.908	69.981
6	Araricá	10.667/1995	1995	Sapiranga / Nova Hartz	4.864	99	484	5.840
7	Nova Hartz	8.429/1987	1987	Sapiranga / Parobé	18.346	493	2.349	22.147
8	Dois Irmãos	3.823/1959	1959	São Leopoldo	27.572	312	1.381	33.547
9	Ivoti	4.798/1964	1964	Dois Irmãos / Estância Velha	19.874	223	759	25.068
10	Morro Reuter	9.583/1992	1992	Dois Irmãos	5.676	21	151	6.570
11	Lindolfo Collor	9.630/1992	1992	Ivoti	5.227	112	496	6.193
12	Presidente Lucena	9.626/1992	1992	Ivoti	2.484	9	45	2.972
13	Santa Maria do Herval	8.634/1988	1988	Dois Irmãos	6.053	9	71	6.382
14	São José do Hortêncio	8.576/1988	1988	São Sebastião do Cai	4.094	16	31	4.924
15	Picada Café	9.546/1992	1992	Ivoti / Nova Petrópolis / Santa Maria do Herval	5.182	27	189	5.780
16	Linha Nova	9.631/1992	1992	Feliz	1.624	5	19	1.724
17	Feliz	3.726/1959	1959	São Sebastião do Cai	12.359	102	393	13.728
18	São Sebastião do Cai	995/1875	1875	São Leopoldo	21.932	587	1.140	26.161
19	Nova Petrópolis	2.518/1954	1954	São Leopoldo / São Sebastião do Cai	19.045	182	1.031	21.717
20	Portão	4.579/1963	1963	São Leopoldo / Canoas / Estância Velha / São S. do Cai	30.920	897	2.830	38.081
21	Parobé	7.646/1982	1982	Sapiranga / Taquara	51.502	1.205	5.254	59.419
22	Esteio	2.520/1954	1954	São Leopoldo	80.755	2.421	3.045	83.352
23	Sapucaia do Sul	4.203/1961	1961	São Leopoldo	130.957	3.269	4.497	142.508

Fonte: IBGE Cidades (2023).

Situação emblemática de ressignificação histórica e invisibilidade do patrimônio cultural afrodescendente junto a cidade de São Leopoldo “é o descaso com relação à contribuição histórica da Feitoria do Linho Cânhamo (cf. Pinheiro e Maria, 2009). A Casa da Feitoria foi historicamente ressignificada como Casa do Imigrante” (FOLLMANN, PINHEIRO, 2011, p. 146). A antiga casa que serviu de base para a RFLC foi ressignificada em sua arquitetura para refletir a breve permanência dos primeiros imigrantes germânicos em tal residência, descaracterizando que a mesma serviu de base durante mais de três décadas para uma feitoria de escravos africanos. A antiga casa da RFLC teve a sua descaracterização arquitetônica procedida entre 1940-1941 (figuras 7-8), reformada em 2009 (figura 9), e vindo a desabar em 2019 (figura 10):

As referências à Casa, ao longo do tempo, se alternaram: Casa da Feitoria Velha, do Imigrante, do Colono Alemão, Museu do Imigrante e trazem consigo diferentes narrativas sobre o lugar. (...). A sua ambientação como uma residência, especialmente após a reforma dos anos 1990, reforçam essa imagem – do aconchego do lar. E se sobrepõe ao fato de ter sido um espaço de trabalho – de feitores e de pessoas escravizadas (MEIRA, 2020, p. 280-281).

Figura 7. Casa da Feitoria (RFLC) (1940)



Fonte: Meira (2020)

Figura 8. Anúncio da Reforma da Casa da Feitoria (1941)



Fonte: Meira (2020).

Figura 9. Casa da Feitoria / “Imigrante” reformada (2009) **Figura 10.** Casa da Feitoria / “Imigrante” desabada (2019)



Fonte: Stocker (2019).



Fonte: Meira (2020).

Com o advento da Lei nº.10.639/2003, muitos municípios se viram vinculados a necessidade de buscarem referenciais até então invisibilizados e silenciados sobre a história africana e o patrimônio cultural afrodescendente em território brasileiro (MÜLLER, SOUZA CAVALCANTE, 2020). A cidade de São Leopoldo, e demais cidades do recorte territorial empregado neste artigo, foram motivadas a aprimorar as suas narrativas históricas e patrimoniais sendo impelidas a fazer as devidas menções ao legado africano e de outras etnias:

Na construção da identidade local de São Leopoldo, a origem étnica alemã apresentava-se numa reprodução recíproca entre território e identidade. No entanto, esta correspondência passa a ser questionada quando o Partido dos Trabalhadores assume a administração do município. A contrariedade frente às manifestações que identificavam a cidade apenas com a história ligada aos descendentes de alemães, ou seja, não considerando a diversidade étnica local, manifestava-se especialmente nas comemorações da festa denominada São Leopoldo Fest (WEBER, 2016, p. 1).

Transcorridas mais de duas décadas desde esses primeiros movimentos legais de afirmação da história e patrimônio cultural afrodescendente, procedemos a uma breve análise dos portais institucionais dos municípios abrangidos em nosso recorte territorial. O objetivo de tal análise é evidenciar o que se avançou e o que permaneceu estagnado em termos de

visibilidade destes referenciais da história e patrimônio cultural afrodescendente. Temos a dimensão de que tal análise é simplória perto do eventual arcabouço de espaços históricos que tais entes municipais possuam e que eventualmente façam alusões a presença afrodescendente em tais acervos, mas a análise explicitada abaixo é exemplificativa e simbólica do que viemos discorrendo no presente manuscrito sobre a invisibilidade da presença negra, e a sua contribuição social, histórica e política neste território. Desse modo foram acessados os portais municipais dos entes executivos das cidades do Vale do Rio dos Sinos e Encosta da Serra verificando se quando tais sites abordam o histórico de fundação de cada uma destas cidades e se existem referenciais da presença negra ou não. Para ilustrar melhor essa invisibilidade, agregamos aos dados obtidos, as eventuais alusões / menções a presença indígena, portuguesa (lusa ou açoriana), germânica (alemã) e ainda eventuais referências a RFLC ou Faxinal da Courita. Conforme dados compilados e disponibilizados pelos autores (<https://online.fliphtml5.com/pmrgi/mjmf/#p=1>) na tabela abaixo (tabela 5), dos 23 municípios pesquisados, apenas 5 deles fazem referência a presença negra. Por outro lado, quase todos eles (19 municípios) fazem referência a presença germânica (alemã) em sua história municipal, e quando não o fazem, aludem a presença portuguesa (lusa, açoriana ou nome de personalidades). Até mesmo a presença indígena é mais citada (7 municípios) do que a presença negra. A RFLC, ou até mesmo o Faxinal da Courita, são citadas no histórico de 8 municípios, sendo que em metade deles não se refere que existiam escravos negros trabalhando na feitoria. A cidade de Linha Nova, antiga localidade de Picada Nova, chega a endossar o equívoco de que não existem registros de escravos na cidade (e as referidas leis de proibição) quando sabemos que o Censo de 1845 (tabela 2) apontou a existência de um escravo em tal cidade, sendo que desde o referido censo até 1888, pode ter havido o incremento de outros escravos na referida localidade.

Tabela 5: Menções / Alusões a presença negra, indígena, portuguesa e germânica nos históricos municipais

N	Município	Antigas denominações*	Indigenas	RFLC/ Faxianal	Lusa/Portuguesa/ Açoriana	Africanos / Negra	Germânicos/ Alemães
1	São Leopoldo	Feitoria Velha	X	X	X	X	X
2	Novo Hamburgo	Costa da Serra		X	X	X	X
3	Sapiranga	Padre Eterno / Picada São Jacó / Bela Hu Araça Piranga / Sommerschneis (Picada Verão)			X		X
4	Estância Velha	Estância Velha	X	X	X		X
5	Campo Bom	Quatro Colônias					X
6	Araricá	Fazenda Padre Eterno / Nova Palmira			X		X
7	Nova Hartz	Picada Hartz	X	X	X	X	X
8	Dois Irmãos	Baumschneis (Árvore de Natal)					X
9	Ivoti	Bom Jardim / Picada 48					X
10	Morro Reuter	Picada São Paulo ("Picada dos Processos")		X			X
11	Lindolfo Collor	14 Colônias	X				X
12	Presidente Lucena	Picada 48					X
13	Santa Maria do Herval	Picada do Herval/ Travessia do Herval					X
14	São José do Hortêncio	Picada do Hortêncio	X		X		X
15	Picada Café	Picada do Café / Joaneta					X
16	Linha Nova	Picada Nova	X	X	X	?	X
17	Feliz	Picada Feliz ("Oh Feliz lembrança!")			X		
18	São Sebastião do Cai	Caahy (Rio da Mata)			X	X	X
19	Nova Petrópolis	Stadtplatz (Praça da cidade)			X		X
20	Portão	Portão (onde ficava o portão da RFLC)		X			X
21	Parobé	Santa Cristina do Pinhal	X		X		X
22	Esteio	Fazenda Areião			X		
23	Sapucaia do Sul	Campos do Sapucaia		X	X		

* Antigas denominações de localidades não correspondem exatamente aos atuais limites municipais em questão, dados agregados com sentido informativo.

Fonte: Portais institucionais municipais (compilação disponível em <https://online.fliphtml5.com/pmrgi/mjmf/#p=1>).

Considerações finais

Consideramos que foram trazidos ao longo do presente artigo, processos de invisibilização da história e do patrimônio cultural afrodescendente na região denominada de Vale do Rio do Rio dos Sinos e Encosta da Serra Gaúcha. Região esta que reitera e endossa predominantemente os processos históricos da colonização europeia e germânica, em detrimento de outras contribuições étnicas igualmente ocorridas, em especial, a contribuição afrodescendente percorrida ao longo do presente manuscrito.

Estudos históricos e sociais referenciados no presente artigo, endossam a: a) A presença negra nos primórdios de ocupação lusitana do território do Vale do Rio do Rio dos Sinos e Encosta da Serra Gaúcha, como força de trabalho escravo das fazendas e feitorias da região,

que na época era denominada como “Passo do Rio dos Sinos”, depois Faxinal da Courita, e ao cabo, Real Feitoria do Linho Cânhamo; b) A permanência de afrodescendentes como escravos, forros ou libertos em relações interétnicas de cunho econômico, social e político junto ao território do Vale do Rio do Rio dos Sinos e Encosta da Serra Gaúcha, região que futuramente veio a ser denominada como a nascente “Colônia Germânica de São Leopoldo”; e c) A invisibilidade dos legados patrimoniais culturais e históricos afrodescendentes junto aos portais institucionais dos entes municipais que englobam a região do Vale do Rio do Rio dos Sinos e Encosta da Serra Gaúcha, o recorte territorial proposto neste artigo

Os portais institucionais dos municípios que direta ou indiretamente se emanciparam da Colônia Germânica de São Leopoldo em sua predominância, não aludem ou fazem referência da presença, da permanência e do legado da cultura afrodescendente para a região estudada. Dos 23 municípios pesquisados, apenas 4 deles fazem menções vagas sobre a história e o patrimônio cultural afrodescendente, sendo que inclusive, um dos portais institucionais analisados veicula informações equivocadas, como a ausência de escravidão negra na localidade durante o período que vai desde o início da imigração europeia (predominantemente germânica) até a fim da escravidão, sendo que existem registros censitários já divulgados que desmentem tais afirmações. Entendemos que tanto os portais institucionais públicos dos municípios da região do Vale do Rio dos Sinos e Encosta da Serra Gaúcha, bem como demais portais privados focados na historiografia da região, deveriam aprimorar suas abordagens na produção científica mais recente sobre o tema, promovendo as devidas referências tanto a história, quanto ao patrimônio cultural afrodescendente, que marcou o desenvolvimento econômico, social e político da antiga Colônia Germânica de São Leopoldo.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Thiago Leitão de. Novos Dados Sobre a Escravidão na Província de São Pedro. In: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011, Porto Alegre, RS. **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2011. p. 1-19.

BALDINO, Angela (org.). **Centro de Preservação da História da Ferrovia no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Porto Alegre: Ed. Gráfica Metrópole, 19 Sul 85.

BASSAN, Dilani Silveira Bassan; MORAES, Jorge Luiz Amaral de Moraes; CARVALHO, Ramão Edonil Dauinheimer. O conselho municipal de povos tradicionais de matriz africana de São Leopoldo e a valorização da cultura afro-brasileira. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 25, n. 01, p. 33-47, jan./jun. 2020.

CUNHA, Jorge Luiz da Cunha. A Colônia de São Leopoldo: a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Revista Acadêmica Licenciaturas**, Ivoti, v. 5, n. 2, p. 37-43 jul./dez. 2017.

FOLLMANN, José Ivo; PINHEIRO, Adevanir Aparecida. Afrodescendentes em São Leopoldo: memória coletiva e processos de identidade. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 2, p. 141-152, maio/ago. 2011.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **O ano de 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Metrópole, 1977.

JOHANN, Renata Finkler. **Na trama dos escravos de sua majestade: O batismo e as redes de compadrio dos cativos da Real Feitoria do Linho Cânhamo (1788-1798)**. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2010.

MAESTRI, Mario. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2010.

MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. **Vale do Sinos / RS: projetos estatais e territorialidade**. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/VALE%20DO%20SINOS%20PROJETOS%20ESTATAIS%20E%20TERR.pdf>. Acesso em 28/02/2022.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Novamente a Casa caiu: critérios de intervenção e narrativas sobre o uso da Casa da Feitoria. **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 16, n. 1, p. 270-287, jan./jun. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br.

MENZ, Maximiliano M. Os escravos da feitoria do linho cânhamo: trabalho, conflito e negociação. **Revista Afro-Ásia**, n. 32, p. 139-158, 2005.

MORAES, Carlos de Souza. **Feitoria do Linho Cânhamo**. Documentação Inédita. Porto Alegre: Editora. Parlenda, 1994.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Não poderá em tempo algum, nem por nenhuma circunstância, servir aos meus descendentes. Imigração alemã e escravidão no Brasil Meridional (Porto Alegre, RS, Séc. XIX). **Revista Práxis**, v. 1, p. 78-102. 2019. <https://doi.org/10.25112/rpr.v1i0.1718>

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MUGGE, Miquéias Henrique. O inadmissível roubo da carta de alforria do nagô Pedro Allgayer: a escravidão em uma zona de imigração alemã (RS, séc. XIX). **Ciências Sociais Unisinos**, v. 49, n. 1, p. 30-46, fev./abr. 2013.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MUGGE, Miquéias Henrique. Irmandade de nossa Senhora do Rosário e São Benedito de São Leopoldo: Notas sobre as devoções de pardos e pretos, forros e escravos, em uma zona de imigração europeia. **Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Curitiba (UFPR), de 13 a 16 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos7/paulo%20roberto%20staudt%20moreira%20miquieias%20henrique%20mugge.pdf>

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MUGGE, Miquéias Henrique. **Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

MÜLLER, A.; DE SOUZA CAVALCANTE, R. N. W.; A invisibilidade dos negros na história de Gramado/RS: levantamento preliminar. **Em Tempo de Histórias**, v. 1, n. 36, 2020. DOI: 10.26512/emtempos.v1i36.31760. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/31760>. Acesso em: 29 jan. 2023.

OLIVEIRA, Júlio César de. Fibra de linho num palmo de terra: A ocupação das terras da feitoria do Linho Cânhamo. **História Unicap**, v. 1, n. 2, jul./dez. de 2014

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **Trabalho, folga e cuidados terapêuticos: a sociabilidade escrava na Imperial Fazenda Santa Cruz, na segunda metade do século XIX**. 290 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

ROSA, Lílian. Considerações sobre a organização produtiva da Real Feitoria do Linho Cânhamo (1783-1824). **XI Congresso de História Econômica: Economia de guerra: geopolítica em tempos de pandemia e crise sistêmica**, São Paulo, 23 a 27/11/2020.

SANTOS, Rodrigo Luis dos; RAYMUNDO, Ícaro Estivalet. Estratégias de inserção na sociedade oitocentista brasileira: a formação de redes a partir da política e do comércio (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX). **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal/RN, 22 a 26 de julho de 2013.

SANTOS, Rodrigo Luis dos Santos. A questão da escravidão nas áreas de imigração alemã do Rio Grande do Sul: relações interétnicas, fontes documentais e discursos laudatórios. **Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF**, v. 16, n. 2, p. 7-22, 2018.

SAYÃO, Moisés Nunes. **O impacto do fim do tráfico negreiro numa região de colonização alemã: uma análise da estrutura de posse na vila de São Leopoldo (1850-1870)**. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2014.

STOCKER JR., Jorge Luís. **Sob o Königsberg: Paisagem e Patrimônio Cultural da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo**. Dissertação de mestrado em Planejamento urbano e Regional, UFRGS, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/202137>. Acesso em: 14 fev. 2023

TRAMONTINI, Marcos Justo. “A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX)”. In: **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**, Porto Alegre, PUCRS, 2000. Disponível em <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s5a3.pdf>. Acesso em 05 jul. 2014.

WITT, Marcos Antonio. Sobre escravidão e imigração: relações interétnicas. **História: Debates e Tendências**, v. 14, n. 1, p. 21-35, jan./jun. 2014.

Jean Jeison Führ

Mestre licenciado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Sociólogo graduado bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista pós-graduado em Saúde Pública (AVM Faculdades Integradas). Graduando em Ciências Jurídicas – Direito pela Universidade Feevale. Assessor Administrativo - funcionário público do município de Nova Hartz - RS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4115-6023>

Quésia Katuscia Gasparetto

Mestra em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Licenciada em História pela Universidade Feevale. Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Historiadora da Fundação Ernesto Frederico Scheffel do município de Novo Hamburgo – RS (período 2010-2022). Professora da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0594-293X>.